

Manifesto dos professores universitários

Nós, professores universitários, vimos a público afirmar que não há justificativa alguma para levar novamente o PSDB à presidência, votando em Geraldo Alckmin. Embora com tendências políticas distintas e posições eleitorais muitas vezes divergentes, estamos unidos pela mesma certeza de que a candidatura Alckmin não representa, sob nenhum aspecto, a implementação dos avanços necessários ao desenvolvimento econômico com justiça social.

Ao contrário, Geraldo Alckmin no poder será o coroamento de um retrocesso direitista que ficou claro em seu discurso eleitoral, todo ele baseado em bravatas contra impostos e "gastança" pública, promessas de redução do Estado, de reformismo infinito da previdência e laivos de indignação contra a corrupção cujo duto iniciou-se em seu próprio partido). Com essas propostas ele nada mais fará do que um candidato de direita faria em qualquer parte do mundo.

Acrescente-se a isto uma simpatia temerária por entidades como a Opus Dei. Para nós, professores, é claro que um possível governo Geraldo Alckmin será a re-edição dos anos FHC com sua política de sucateamento das universidades públicas. Vale a pena lembrar que, sob o PSDB, as universidades federais chegaram a um déficit de 7.000 professores, sendo que muitas delas terminavam o ano sem dinheiro para pagar sequer contas de luz. Nas universidades estaduais paulistas, esta política educacional desastrosa foi seguida à risca por Geraldo Alckmin quando governador de São Paulo.

Poucas pessoas sabem que o valor da hora-aula no Estado de São Paulo não passa de R\$ 5,30. Poucos também são aqueles que têm à disposição os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) demonstrando que a qualidade do ensino paulista é pior que a média do Brasil. Situação que não podia ser diferente, já que a comissão de fiscalização e controle da Assembléia Legislativa paulista rejeitou as contas do governador de 2004, devido, entre outras coisas, a um saldo acumulado de R\$ 209 mi dos recursos do FUNDEF que jamais foram investidos na educação, cujo destino se desconhece. Para finalizar, Alckmin vetou o aumento no montante do ICMS destinado às universidades paulistas, o que as colocou em situação extremamente frágil diante das ampliações feitas nos últimos anos.

Geraldo Alckmin tentou escapar de todas estas questões ao transformar sua campanha eleitoral em uma grande cruzada em favor da ética. No entanto, quem enuncia julgamentos morais deve ter legitimidade para tanto. Este não é o caso de alguém, como ele, que passou todo o seu governo engavetando pedidos de CPIs para que se apurassem suspeitas de compra de deputados estaduais via Nossa Caixa, de corrupção em órgãos públicos como a CDHU, o Rodoanel, as privatizações de São Paulo, a subvenção à revista de seu acupunturista, entre outros. São mais de 60 CPIs arquivadas. Por outro lado, o Tribunal de Contas do Estado julgou irregular centenas de contratos em várias áreas da administração, como Metrô, Cetesb, CDHU, Nossa Caixa, Departamento de Estradas de Rodagem, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, Dersa, Sabesp. Diante disso, nenhuma indignação ética pode justificar a escolha de Geraldo Alckmin.